BANCO DA AMAZÔNIA
Movimentando a Amazônia. E a sua vida.

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	15%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 3.655/2008, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009, que determinam:

- Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração possui evidê ncias de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

- Passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos, é constituída provisão, a qual é calculada através da utilização de metodologia estatística de estimativa, atendendo assim, ao CPC nº 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009.

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras.
Os depósitos judiciais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

p) Demonstrações de valor adicionado

O Banco elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

q) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras;

2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2013.

r) Uso de Estimativas

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2013	2012
Disponibilidades	**56.554**	**71.377**
Disponibilidade em moeda nacional	49.178	48.456
Disponibilidade em moeda estrangeira	7.376	22.921
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	**964.997**	**864.999**
Aplicações no mercado aberto	964.997	864.999
TOTAL	**1.021.551**	**936.376**

(*) Referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2013	2012
Aplicações no mercado aberto	**964.997**	**864.999**
Posição Bancada	**964.997**	**864.999**
Letras Financeiras do Tesouro	49.999	-
Letras do Tesouro Nacional	864.999	864.999
Notas do Tesouro Nacional	49.999	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**241.878**	**328.997**
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	278.145	369.446
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(36.267)	(40.449)
TOTAL	**1.206.875**	**1.193.996**

A composição do saldo das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez se apresenta no Ativo Circulante.
A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R$36.267 (R$40.449 em 2012), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. No exercício, ocorreu recuperação da massa falida no montante de R$4.182. A provisão foi constituída pelo valor integral em face à intervenção e liquidação.
As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram no exercício R$111.773 (R$121.428 em 2012), estão registradas como rendas de TVM.

6. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	2013	2012
Carteira própria – livres	**5.941.348**	**5.414.901**
Títulos Públicos	**4.357.270**	**4.073.860**
Letras Financeiras do Tesouro	3.868.691	3.502.671
Notas do Tesouro Nacional	169.717	241.186
Certificados Financeiros do Tesouro	318.691	329.747
Títulos da Dívida Agrária	171	256
Títulos Privados	**1.584.078**	**1.341.041**
Debêntures	721.925	723.406
Cotas de Fundos de Investimento	166.347	187.735
Letras Financeiras	695.806	429.900
Vinculados a operações compromissadas	**34.130**	**23.596**
Títulos Públicos	**34.130**	**23.596**
Letras Financeiras do Tesouro	34.130	23.596
Vinculados a prestação de garantias	**14.970**	**13.639**
Títulos Públicos	**14.970**	**13.639**
Letras Financeiras do Tesouro	14.970	13.639
TOTAL	**5.990.448**	**5.452.136**
Saldo de curto prazo	**2.929.198**	**1.669.436**
Saldo de longo prazo	**3.061.250**	**3.782.700**

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco através de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 73,6% do total da Carteira.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a) Quanto ao vencimento

	2013					
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL
1-Títulos para negociação(1)	-	-	-	**623.177**	-	**623.177**
Títulos Públicos	-	-	-	**623.177**	-	**623.177**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	623.177	-	623.177
					-	
2-Títulos Disponíveis para venda	**1.575.627**	**730.243**	**864.696**	**1.671.188**	**197.419**	**5.039.173**
Títulos Públicos	**1.182.122**	**632.773**	**260.575**	**1.230.143**	**149.482**	**3.455.095**
Letras Financeiras do Tesouro	1.182.122	472.292	260.575	1.230.143	149.482	3.294.614
Notas do Tesouro Nacional	-	160.481	-	-	-	160.481
Títulos Privados	**393.505**	**97.470**	**604.121**	**441.045**	**47.937**	**1.584.078**
Debêntures	50.308	10.360	172.275	441.045	47.937	721.925
Cotas de Fundos de Invest. – FIDC(2)	-	31.406	37.168	-	-	68.574
Cotas de Fundos de Invest. – FI REF	97.773	-	-	-	-	97.773
Outros Títulos - LF	245.424	55.704	394.678	-	-	695.806
3-Títulos Mantidos até o vencimento	-	**149**	**8.763**	**262**	**318.924**	**328.098**
Títulos Públicos	-	**149**	**8.763**	**262**	**318.924**	**328.098**
Notas do Tesouro Nacional	-	64	8.677	262	233	9.236
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	-	318.691	318.691
Outros títulos públicos - TDA	-	85	86	-	-	171
TOTAL 2013	**1.575.627**	**730.392**	**873.459**	**2.294.627**	**516.343**	**5.990.448**
TOTAL 2012	465.371	628.450	2.375.148	1.179.025	804.142	5.452.136

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7° da Circular n° 3.068/2001;

(2) Valor líquido de provisão.

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE